

Promoção do bem-estar, prevenção de violências e cuidado integral em escolas públicas: um estudo de revisão

Promoting well-being, preventing violence, and providing comprehensive care in public schools: a review study

Daylane Lopes de Calais Silva¹, Jaqueline Bragio²

RESUMO

Introdução: A escola desempenha um papel essencial na formação e integração social dos alunos, sendo crucial para seu desenvolvimento. Por isso, é fundamental que ela ofereça um ambiente seguro e saudável. Nas escolas públicas de educação básica no Brasil, o psicólogo escolar tem se tornado cada vez mais relevante, especialmente diante dos desafios relacionados à violência escolar e ao bem-estar emocional dos alunos. **Objetivo:** Analisar o papel do psicólogo escolar na prevenção das violências e na promoção do bem-estar em escolas públicas de educação básica no Brasil. **Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão qualitativa da literatura, com busca nos sites Google Acadêmico e SciELO, utilizando os descritores: "Psicologia", "Educação" e "Intervenção da Psicologia Escolar e Educacional". Foram examinadas 20 fontes bibliográficas, entre artigos acadêmicos, livros e relatórios técnicos, abrangendo o período de 2002 a 2024. Dentre elas, 14 artigos forneceram a base conceitual, abordando práticas e desafios da psicologia escolar no contexto educacional. **Resultados:** Os resultados indicam que a atuação do psicólogo escolar deve estar fundamentada em abordagens intersetoriais e na articulação com a comunidade educativa, promovendo relações mais saudáveis e ambientes escolares seguros e inclusivos. O estudo também evidencia os desafios impostos pelo aumento da violência escolar e pelos impactos da pandemia de COVID-19, ressaltando a necessidade de estratégias integradas. **Conclusão:** Conclui-se que o psicólogo escolar desempenha papel fundamental na construção de um ambiente que priorize o bem-estar socioemocional e a prevenção de violências, contribuindo para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Psicologia. Educação. Escola. Saúde mental.

ABSTRACT

Introduction: Schools play a vital role in students' development and social integration, making them essential spaces for fostering growth. Therefore, it is crucial that they offer safe and healthy environments. In Brazilian public basic education schools, the role of the school psychologist has become increasingly relevant, especially in the face of challenges related to school violence and students' emotional well-being. **Objective:** To analyze the role of the school psychologist in violence prevention and well-being promotion in Brazilian public basic education schools. **Methods:** This study was conducted through a qualitative literature review, using Google Scholar and SciELO as sources. The descriptors used were: "Psychology," "Education," and "School and Educational Psychology Intervention." A total of 20 bibliographic sources were examined, including academic articles, books, and technical reports, covering the period from 2002 to 2024. Of these, 14 academic articles provided the conceptual basis, addressing practices and challenges in school psychology within the educational context. **Results:** The findings indicate that the work of the school psychologist should be grounded in intersectoral approaches and collaboration with the school community, fostering healthier relationships and creating safe, inclusive educational environments. The study also highlights the challenges posed by the increase in school violence and the impacts of the COVID-19 pandemic, emphasizing the need for integrated strategies. **Conclusion:** It is concluded that the school psychologist plays a fundamental role in building environments that prioritize socioemotional well-being and violence prevention, contributing to truly inclusive education.

Keywords: Psychology. Education. School. Mental health.

¹ Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

² Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim/ES, Brasil.

Correspondência

bragio.jaqueline@gmail.com

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Daylane Lopes de Calais Silva, Jaqueline Bragio.

Licença:

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido:

10/1/2025

Aprovado:

12/3/2025

ISSN:

2446-5410

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre o trabalho do psicólogo na prevenção as violência e promoção do bem-estar em escolas da educação básica. A escola é um espaço de aprendizagem, socialização e formação social. De acordo com Durkheim¹, a educação desempenha um papel essencial na formação e inserção de indivíduos na sociedade, através da socialização e reprodução de normas. Todavia, a escola também pode ser um espaço onde são identificadas violências sofridas por seus alunos. Segundo Abramovay², as escolas brasileiras frequentemente se deparam com diversas formas de violência, fato este que impacta diretamente no desenvolvimento escolar e permanência nas instituições de ensino.

A discussão sobre a violência nas escolas é necessária, nos convidando a refletir o quanto é uma problemática complexa, uma vez que apresenta vários fatores determinantes. Segundo Silva e Salles³ a história de vida, raça, idade, sexo, assim como os aspectos sociais como a desigualdades sociais, gênero e racial são alguns dos fatores que influencia a violência nas escolas.

O papel do psicólogo na educação básica é de garantir o acesso e permanência em uma educação inclusiva, emancipatória e de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento emocional, intelectual e social dos estudantes⁴. A atuação destes profissionais nas escolas precisa ser alinhada com as diretrizes nacionais de educação⁵ e a lei 13.935/19⁶ que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica e a Lei 14.819/2024⁷ que complementa a Lei 13.935/19⁶, além das orientações do Conselho Federal de Psicologia como, por exemplo, a Nota Técnica CFP Nº 08/2023, do Conselho Federal de Psicologia⁸ com recomendações práticas para o exercício profissional de psicólogos e psicólogas no ambiente escolar em situações de violência.

O alinhamento das práticas dos psicólogos escolares com as diretrizes nacionais, são fundamentais para o bom desenvolvimento do processo de prevenção as violências e promoção

bem-estar dos estudantes⁴. Visando sempre uma abordagem multidisciplinar. Com o aumento das incidências de violência e problemas de saúde mental entre estudantes, torna-se imperativo entender e fortalecer o papel do psicólogo escolar nesse contexto.

Face ao apresentado, a presente pesquisa tem como objetivo explorar, através da literatura, o trabalho do psicólogo escolar na prevenção das violências e na promoção do bem-estar nas escolas de educação básica no Brasil, buscando identificar as estratégias e práticas utilizadas por esses profissionais para criar ambientes escolares mais seguros e acolhedores, além de promover o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

MÉTODOS

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa utiliza uma abordagem metodológica de revisão de literatura. Para Lakatos e Marconi⁹, uma revisão de literatura diz respeito a toda bibliografia pública em relação a determinado tema de estudo, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas e livros. Desta forma, sendo uma revisão bibliográfica de análise qualitativa, realizamos uma busca nos endereços eletrônicos *Google Acadêmico* e *Scielo*. com os seguintes descritores: “Psicologia”; “Educação” e “Intervenção da psicologia escolar e educacional”.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas e analisadas um total de 20 fontes bibliográficas, incluindo artigos acadêmicos, livros e relatórios técnicos, publicadas entre 2002 e 2024. Desse conjunto, 14 artigos acadêmicos forneceram o suporte teórico principal, abordando tanto as práticas da psicologia escolar quanto os desafios enfrentados no ambiente educacional.

RESULTADOS

Após a análise teórica sobre o papel da psicologia escolar no Brasil e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino diante da violência, este tópico apresenta os resultados obtidos por meio de

revisão dos principais estudos e artigos relevantes para o contexto educacional.

Os resultados revelam a evolução da psicologia escolar no Brasil por meio de três fases distintas. Até a década de 1970, predominava uma prática focada na avaliação psicométrica e orientação vocacional. A partir dessa década, com a influência de movimentos sociais, a prática se tornou mais crítica e voltada para questões sociais; nos tempos mais recentes, a psicologia escolar adotou uma abordagem inclusiva e integradora, alinhando-se com políticas públicas de educação e saúde mental¹⁰. Paralelamente, observou-se um aumento significativo da violência nas escolas, com 2023 registrando o maior número de ataques, sendo atribuídos à influência das redes sociais, ao fenômeno do “efeito contágio” e a questões emocionais e sociais dos estudantes. Esse cenário reforça a necessidade de maior presença de apoio psicológico nas instituições de ensino¹².

Embora iniciativas como a Lei 13.935/2019 e o Programa Saúde na Escola (PSE) sejam essenciais para a promoção do bem-estar, o contexto de implementação dessas políticas enfrenta desafios estruturais, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de formação contínua dos profissionais da educação. A atuação do psicólogo escolar se mostra essencial na mediação de conflitos e no apoio emocional e social aos alunos. No entanto, a implementação das políticas esbarra em resistências e limitações que dificultam a efetividade das ações preventivas e a promoção de um ambiente escolar saudável¹².

DISCUSSÃO

Histórico da psicologia escolar no Brasil

O debate sobre o papel da psicologia na educação no Brasil é extenso e está presente desde o início do século XX. De acordo com Lima¹⁰ a introdução da psicologia escolar no país no início do século XX, influenciada por teorias europeias e norte-americanas, com ênfase na avaliação

psicológica e orientação vocacional, a autora complementa identificando três fases principais no desenvolvimento da psicologia escolar no Brasil¹⁰.

A primeira fase, até a década de 1970, é marcada pela importação de modelos estrangeiros focados na avaliação psicométrica e na orientação vocacional. Neste período a função do psicólogo na escola era resumida em resolver problemas nas áreas de aprendizagem e comportamentos que não estavam dentro de um padrão pré-estabelecido como ideal¹³.

A segunda fase, a partir dos anos 1970, reflete a influência de movimentos sociais e educacionais, promovendo uma prática mais crítica e socialmente engajada, que vai além das avaliações para incluir intervenções e prevenções mais abrangentes. Na terceira fase, que abrange os anos mais recentes, a psicologia escolar brasileira adota uma abordagem inclusiva e promotora do desenvolvimento integral dos alunos, integrando-se às políticas públicas de educação e saúde mental. A autora também destaca a regulamentação da profissão psicólogo no Brasil e a criação dos cursos de graduação em psicologia como marcos significativos para a consolidação da área¹⁰.

Villar¹⁴ argumenta que a perspectiva patológica ainda prevalece no entendimento das queixas escolares, levando ao diagnóstico de diversos transtornos, para autor essa “rotulação” dos estudantes promove a criação de estigmas que eles carregarão além do ambiente escolar. Ou seja, esta abordagem reforça a ideia de que o indivíduo, como ser biológico, é o único responsável pelo fracasso escolar, ignorando sua condição como sujeito biopsicossocial. Assim, desconsidera-se o contexto histórico, social e político dos indivíduos e do próprio sistema educacional, sem questionar suas políticas, financiamento, formação de professores, organização do trabalho escolar e práticas pedagógicas.

De acordo com Freire e Aires¹⁵ o psicólogo é fundamental na prevenção e no enfrentamento da violência escolar, contribuindo para a construção de ambientes e relações mais saudáveis. No entanto, sua efetividade depende de sua inserção no ambiente escolar, permitindo uma atuação específica e contextualizada.

Posto este contexto histórico que é essencial para compreender o trabalho do psicólogo na educação atualmente tem uma perspectiva mais ampla e multiprofissional como diz a nota técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Nº 8/2023:

[...] faz parte das atribuições elencadas na normativa: propor e implementar intervenções psicológicas junto às equipes educacionais, e a atuar considerando e promovendo a qualidade de vida da comunidade escolar, a partir do conhecimento psicológico⁸.

Dessa forma, entendemos que o psicólogo escolar desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos estudantes, bem como no fortalecimento do ambiente escolar como um todo. Atuando como mediador entre professores, alunos e famílias, ele busca compreender e intervir em situações que possam comprometer o aprendizado ou o bem-estar dos estudantes.

Violências no ambiente escolar

A violência na escola é um fenômeno complexo e segundo Marques e Alves¹⁶ no contexto escolar pode ser dividida em três tipos de violência: a violência na escola, violência à escola e violência da escola. A violência na escola ocorre no espaço escolar, mas não está diretamente vinculada às atividades educacionais, como disputas entre grupos rivais. A violência à escola é dirigida à instituição e seus representantes, manifestando-se por meio de depredações, incêndios e agressões a professores. Já a violência da escola é institucional e simbólica, evidenciada na organização escolar e nas práticas pedagógicas, como a divisão de turmas e a atribuição de notas¹⁶.

Por se tratar de um fenômeno complexo, multifatorial e marcado por um aumento significativo nos últimos anos, a violência nas escolas tem motivado a dedicação de especialistas, organizações e governos a estudos que busquem compreender seus fatores determinantes e desenvolver estratégias eficazes para prevenir sua ocorrência no contexto educacional brasileiro¹¹.

Em 2023, a organização D³ – Dados para o Debate Democrático na Educação – publicou o relatório intitulado *Ataques de Violência Extrema nas Escolas Brasileiras: Causas e Caminhos*, o documento apresenta uma análise abrangente sobre episódios de violência extrema em instituições de ensino no Brasil, cometidos por estudantes ou ex-estudantes, desde o primeiro incidente registrado em 2001 até outubro de 2023. Os dados evidenciam um aumento expressivo no número de ataques nos últimos anos, com destaque para 2023, que registrou 16 ocorrências entre janeiro e outubro, tornando-se o ano mais violento desde o início do monitoramento¹¹.

Os autores Vinha *et al.*¹¹ destacam que o aumento das violências extremas está associado a uma combinação de fatores. Entre eles, ressalta-se a disseminação de conteúdos violentos nas redes sociais, especialmente devido ao uso intensivo dessas plataformas por crianças e adolescentes, muitas vezes sem a devida supervisão. Redes sociais como Discord, Telegram e Reddit, por exemplo, apresentam pouca ou nenhuma moderação, o que favorece a propagação de discursos de ódio, apologia à violência e ideologias extremistas, criando ambientes propícios à incitação de atos violentos. Outro aspecto relevante apontado pelo estudo é o chamado “efeito contágio” que é a forma como a mídia cobre amplamente os ataques anteriores, divulgando informações sobre os autores incluindo entrevistas, imagens, vídeos e detalhes das motivações e estratégias utilizadas acaba por dando visibilidade e notoriedade, o que pode incentivar a reprodução de eventos similares. Além disso, o relatório reforça que fatores emocionais e sociais, como isolamento, bullying e dificuldades de integração na comunidade escolar, também desempenham um papel significativo no crescimento da violência. Por fim, a facilidade de acesso a armas de fogo é mencionada como um elemento crucial que contribui para a gravidade desses ataques¹¹.

No Brasil, existem atualmente 178.300 escolas de educação básica⁸. O primeiro ataque registrado a uma instituição de ensino ocorreu em agosto de 2001, na Bahia. Desde então, ao longo de 22 anos,

foram identificados 36 ataques perpetrados por 39 estudantes e ex-estudantes, afetando 376 escolas. Esses incidentes resultaram em 40 vítimas fatais e 102 feridos¹¹.

O estudo apresenta dados sobre o perfil dos autores, indicando que a maioria dos ataques foi perpetrada por indivíduos do sexo masculino, com idades entre 10 e 25 anos, sendo que 76,92% eram menores de idade no momento dos incidentes. Esses jovens, em sua maioria, apresentavam poucos vínculos sociais dentro da comunidade escolar, o que os tornava mais suscetíveis ao isolamento e à exclusão. Além disso, muitos vivenciaram situações de bullying e enfrentavam dificuldades emocionais significativas. Tais fatores contribuíram para o surgimento de sentimentos de hostilidade e vingança, frequentemente potencializados pela exposição a conteúdos violentos e ideologias extremistas em plataformas digitais, que não apenas influenciaram suas motivações, mas também legitimaram seus comportamentos¹¹.

O Ministério da Educação em 2023 emitiu um relatório sobre os ataques às escolas no país com uma análise do fenômeno e recomendações, o relatório foi feito por um Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, estabelecido pela Portaria 1.089/2023⁵.

Para abordar de forma eficaz, o Grupo de Trabalho sugere ao Estado ações emergências para prevenir ataques e violências em ambientes escolares como maior controle de compra, venda e porte de armas e munições. O texto também sugere a investigação e desmembramento e enfrentamento de grupos extremistas e que os jovens cooptados por esses grupos tenham suporte, com as redes sociais cada vez mais presentes na vida de crianças e adolescentes o estudo sugere também como ação emergencial a responsabilização das plataformas digitais e que permitem conteúdo extremista e ilegal, assim como aqueles que compartilham vídeos de ataques⁵. No âmbito escolar o grupo de trabalho recomenda a que as escolas tenham boa infraestrutura, interrelações inclusivas, gestão democrática e resolução pacífica de conflitos, além da valorização dos profissionais da educação com formação continuada adequada e boas condições de

trabalho. O estudo também reforça a importância de uma equipe psicossocial para atendimentos de alunos e profissionais da educação⁵.

De acordo com Tognetta e Vinha¹² dada a natureza abrangente e intrincada da violência no ambiente escolar, não existem respostas simplistas ou soluções imediatas para enfrentá-la. Trata-se de uma temática que, devido à sua carga emocional, frequentemente suscita respostas imediatistas e bem-intencionadas. Contudo, tais respostas, em geral, limitam-se a abordar as consequências mais visíveis do problema e, além de se mostrarem pouco eficazes, podem comprometer a qualidade das instituições de ensino, deteriorar o clima escolar e prejudicar o processo formativo dos estudantes¹².

Além disso, de acordo com Vinha *et al.*¹¹ os sentimentos coletivos de medo e ansiedade frequentemente criam condições propícias para a adoção de medidas reducionistas que, embora apresentem um alto custo financeiro, são implementadas sem uma análise aprofundada de seus impactos. Muitas dessas medidas estão associadas ao crescimento da indústria de vigilância e segurança no espaço escolar, frequentemente financiadas com recursos originalmente destinados à educação.

Ademais, é essencial reconhecer que soluções consideradas eficazes para determinados tipos de violência podem não ser aplicáveis a outros contextos. Tal generalização, além de não prevenir de forma efetiva episódios de violência nas escolas ou mitigar o avanço do extremismo entre os jovens, pode acarretar efeitos negativos em diferentes áreas, incluindo o aumento de outras formas de violência no médio e longo prazo¹⁸.

A importância da psicologia escolar na promoção do bem-estar estudantil

A promoção do bem-estar escolar constitui um elemento essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Todavia, este tema abrange uma série de práticas e estratégias destinadas a criar um ambiente educacional que seja saudável, acolhedor, diverso, emancipatório e de igualdade e a psicologia escolar é fundamental neste processo.

De acordo com Guzzo¹⁹, o profissional de psicologia deve considerar o bem-estar subjetivo dos estudantes, estabelecendo um trabalho integrado as diferentes áreas da vida do estudante como família, a comunidade, os serviços de juventudes, de saúde e a própria escola. Para autora refletir sobre as prioridades em uma atuação na escola é necessário afastar o foco das preocupações com as dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar, apresentando uma atuação orientada para construção de um espaço de promoção de bem-estar, saúde e cidadania.

De acordo com Noal *et al.*²⁰ o impacto da pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a importância de promover o bem-estar dos estudantes nas escolas públicas. A pandemia mundial mudou a forma de fazer educação e milhares de crianças e adolescentes perderam momentos importantes para seu desenvolvimento social e intelectual por não poder frequentar a escola durante o período o que impactou diretamente na saúde mental destes estudantes.

A pandemia causou efeitos diretos e indiretos na infância. Os efeitos diretos incluem as manifestações clínicas da Covid-19. Os efeitos indiretos abrangem prejuízos no ensino, socialização e desenvolvimento. O afastamento do convívio familiar ampliado que gerou aumento de estresse, sintomas de depressão e ansiedade²⁰.

De forma institucionalizada existe a Lei 13.935/19 que determina às escolas públicas de ensino básico terem psicólogos e assistentes sociais em seus quadros, todavia a realidade mostra que poucos estados e municípios aderiam, conflitos sobre o recurso para contratação e manutenção dos profissionais que são usados como justificativas para não aplicação da lei⁸. Outros marcos legais como o Programa Saúde na Escola (PSE), que é uma ação intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação. O PSE foi instituído em 2007 através do Decreto nº 6.286 e regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.055/2017 e tem como objetivo o desenvolvimento da formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção

à saúde e a articulação entre escola e a Atenção Primária à Saúde (APS) é a base do programa⁵.

A adesão ao programa é facultativa e atualmente segundo dados da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal o ciclo 2023/2024 alcançou recorde histórico de adesões, com 99% das cidades brasileiras habilitadas a receber recursos. No Espírito Santo segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde⁵ há 1.955 escolas participantes nos 78 municípios do estado, atendendo a mais de 500 mil alunos por meio do PSE⁵.

A Lei 13.935/19⁶ é um grande avanço para promoção de bem-estar no ambiente escolar, pois possibilita uma equipe psicossocial atuar e acompanhar de forma contínua as escolas, em parceria com a comunidade escolar e rede, atuação essa diferente do PSE que está restrito a atuação pontual.

No estado Espírito Santo foi instituída em novembro de 2019 através da Portaria nº 108 - R a Ação Psicossocial e Orientação Interativa – Apoio na rede pública estadual que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo. Em 2024, foi emitida a Portaria nº 234-R que estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho das equipes psicossociais da Apoio contribuindo para um trabalho mais efetivo²².

Desde sua implementação, a APOIE tem apresentado resultados significativos no contexto educacional. As equipes psicossociais vinculadas ao programa já impactaram diretamente mais de 420 mil estudantes, educadores e familiares, respondendo a mais de 12 mil demandas psicossociais, promovendo mais de 13 mil ações coletivas e organizando 148 fóruns de diálogo em diferentes escolas do estado, conforme os dados mais recentes, atualizados até 2024²².

Desafios e limitações para implementação das práticas de prevenção das violências

A violência no ambiente escolar representa um desafio significativo para a pesquisa e, sobretudo, para a educação, mobilizando também áreas como

saúde, segurança pública e justiça. Neste contexto, a pandemia de COVID-19 ressaltou a importância de desenvolver estratégias eficazes para prevenir a violência nas escolas. Evidências indicam que a retomada das aulas presenciais trouxe à tona os impactos negativos na saúde mental de estudantes. Esse cenário, somado ao aumento das desigualdades econômicas e educacionais, criou condições propícias para a intensificação da violência escolar²³.

O papel do psicólogo na prevenção as violências apresentadas são norteadas pela nota técnica do CFP N° 8/2023⁸ que diz:

A psicóloga escolar deve desempenhar uma função primordial em ações de prevenção à violência. Inicialmente, é importante compreender as políticas de educação, das características e dinâmicas do território em que a escola está inserida e trabalhar sempre em cooperação com a comunidade escolar. De fato, a Psicologia na escola funda-se no desenvolvimento humano, na prevenção e nos contextos de relações sociais que impactam a aprendizagem e o desenvolvimento. Nesse sentido, a atuação profissional requer, fundamentalmente, o conhecimento e a relação com os estudantes⁸.

A nota técnica CFP n 8/2023⁸ complementa a importância de mapear as dimensões da vida cotidiana dos estudantes, professores e da comunidade escolar para a atuação do profissional de psicologia, pois com este mapeamento o profissional pode organizar e articular ações preventivas. É essencial que este planejamento de prevenção deve incluir também a equipe escolar em discussões sobre psicologia e educação. A psicóloga escolar precisa usar seu conhecimento científico específico da psicologia escolar, sem misturá-lo com práticas de outros contextos, e pode encaminhar casos específicos para outros serviços de psicologia e da rede de proteção à criança e adolescente⁸.

A Lei 13.935 de 2019 determina que as redes públicas de educação básica de todo país contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais⁶. Os profissionais irão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a

participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais⁷.

Em janeiro de 2024, a Lei 14.819⁷ institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, complementando assim a Lei 13.935/2019⁶. Esses marcos legais proporciona um debate ampliado e avanços composição de equipe psicossociais nas escolas públicas brasileira⁷.

O Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS juntamente com outras entidades como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE, a Associação Brasileira de Ensino a Psicologia – ABEP e a Federação Nacional de Psicólogos – FENAPSI²¹ lançaram um manual sobre a Lei 13.395 para os profissionais das duas categorias fortalecendo ainda mais o compromisso da Psicologia Escolar como um campo de atuação que foca nas questões socioemocionais dos sujeitos da comunidade escolar²¹.

O Guia sobre Prevenção e Resposta à Violência às Escolas¹⁸ apresenta um conjunto abrangente de práticas destinadas a prevenir a violência no ambiente escolar, com ênfase em estratégias que promovem um espaço seguro e inclusivo. Entre as medidas destacadas está o estabelecimento de normas claras de convivência, que visam fomentar o respeito mútuo entre todos os integrantes da comunidade escolar. Além disso, o guia enfatiza a promoção de uma cultura de paz por meio de programas que valorizem o diálogo, a tolerância e a resolução pacífica de conflitos¹⁸.

A mediação de conflitos também figura como uma prática relevante, sendo recomendada a formação de equipes capacitadas para intervir em situações de desentendimento de forma a evitar a escalada da violência. Outro ponto fundamental é o envolvimento ativo da comunidade escolar – incluindo estudantes, familiares, professores e funcionários – na formulação e implementação de ações preventivas, reforçando o senso de pertencimento e a responsabilidade coletiva¹⁸.

O documento Guia sobre Prevenção e Resposta à Violência às Escolas ainda sublinha a importância

do apoio psicossocial, com a disponibilização de serviços especializados para identificar e abordar questões emocionais que possam desencadear atos de violência. Paralelamente, destaca-se a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, capacitando-os para reconhecer sinais de violência e atuar preventivamente¹⁸.

Por fim, o Guia sobre Prevenção e Resposta à Violência às Escolas ressalta a relevância das parcerias com órgãos públicos, como serviços de saúde mental e assistência social, para ampliar a rede de apoio e intervenção no enfrentamento à violência escolar. Essas práticas, articuladas de forma integrada, visam à construção de um ambiente escolar que privilegie a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento pleno de todos os seus integrantes¹⁸.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou a relevância da prevenção às violências e da promoção do bem-estar no ambiente escolar como estratégias fundamentais para garantir a qualidade de atendimento aos estudantes em sua integralidade. Ao analisar a atuação do psicólogo escolar, ficou clara a importância de práticas alinhadas às diretrizes nacionais, que considerem as especificidades dos contextos escolares e promovam a integração entre os diversos atores da comunidade educativa.

Além disso, destacou-se a necessidade de abordagens intersetoriais que unam esforços entre educação, saúde e assistência social, fortalecendo redes de apoio capazes de lidar com os múltiplos fatores que contribuem para a violência nas escolas, tais medidas são essenciais para a construção de espaços escolares mais seguros, inclusivos e propícios ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que enfrentar a violência nas escolas exige um compromisso coletivo e contínuo. Que esta pesquisa sirva de subsídio para fomentar discussões e práticas mais eficazes, contribuindo para um sistema educacional que priorize não apenas a formação acadêmica, mas também o bem-estar e a convivência harmoniosa.

REFERÊNCIAS

1. Durkheim É. *Education and Sociology*. Free Press: 1956.
2. Abramovay M. Juventudes e violências nas escolas. *RLES*. 2013; 29:229–50.
3. Silva JMAP, Salles LMF. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. Universidade Estadual Paulista; 2012.
4. Souza MPRD. A psicologia escolar e o ensino de psicologia: dilemas e perspectivas. *ETD - Educ temat digit*. 2007; 8(2):258.
5. Brasil. Ministério da Educação. *Ataques às escolas no Brasil: Análise do fenômeno e recomendações para ação governamental*. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>.
6. Brasil. Lei nº 13.935, de 11 de novembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF; 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-13.935-de-11-de-novembro-de-2019-211723578>.
7. Brasil. Lei nº 14.819, de 11 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 13.935, de 11 de novembro de 2019, para dispor sobre o atendimento psicológico e de assistência social nas escolas públicas da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF; 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-14.819-de-11-de-agosto-de-2021-310768364>.
8. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Nota Técnica Nº 08 de 2023 - A psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica. Brasília: CFP; 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-violencia-nas-escolas.pdf>.
9. Lakatos EM, Marconi MA. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas; 2003.
10. Lima AOMN. Breve Histórico da Psicologia Escolar no Brasil. *Psicol. Argum*. 2005; 20(3):345-360. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19637/18979>.
11. Vinha T, Garcia C, Nunes CAA, Zambianco DDP, Melo SG, et al. *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos*. 1. ed. São Paulo: D3e; 2023. ISBN: 978-65-995856-8-5. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf. Acesso em 02 jan. 2025.
12. Tognetta LRP, Vinha TP. *É possível superar a violência na escola? Construindo caminhos pela formação moral*. São Paulo: Editora do Brasil; 2012. ISBN: 9788510051200.
13. Guzzo RSL, Mezzalira ASC, Moreira APG, Tizzei RP, Silva Neto WMDF. *Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação*. *Psic: Teor e Pesq*. 2010; 26(spe):131–41.
14. Villar R. Roda de conversa queixa escolar e processos de patologização. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP.

- Psicologia, demandas escolares e intersetorialidade: os caminhos do diagnóstico de crianças e adolescentes. São Paulo: CRP SP; 2019. p. 98-102. Disponível em: http://cpro38505.publiccloud.com.br/bitstream/handle/1/2837/Caderno_Tem%C3%A1tico_33.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 18 dez. 2024.
15. Freire AN, Aires JS. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. *Psicol Esc Educ*. 2012; 16(1):55–60.
 16. Marques WR, Alves LBM. A psicologia da educação e a prevenção/intervenção ao bullying no ambiente escolar: revisão da literatura por meio de etnografia virtual. *RECIMA21*. 2022; 3(12):e3122314.
 17. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília, DF: INEP; 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf.
 18. Pellanda A, Frossard M. Guia sobre prevenção e respostas a violência às escolas. Campanha nacional de direito a educação; 2023. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Guia_sobre_Preven%C3%A7%C3%A3o_e_Resposta_%C3%A0_Viol%C3%Aancia_%C3%A0s_Escolas_UwlnEOM.pdf.
 19. Guzzo RSL. Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. In: Del Prette ZAP. *Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas: Editora Alínea; 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/221931621_Saude_psicologica_sucesso_escolar_e_eficacia_da_escola_desafios_do_novo_milenio_para_a_psicologia_escolar.
 20. Noal DS, et al. Crianças na Pandemia COVID 19: Saúde mental e atenção psicossocial na Pandemia COVID 19. Brasília, DF: Editora Fiocruz; 2020. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41713>.
 21. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019. Brasília, DF; 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologas-os-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica-orientacoes-para-regulamentacao-da-lei-13-935-de-2019/>.
 22. Ação Psicossocial e Orientação Interativa (APOIE). APOIE: cinco anos de compromisso com a promoção do bem-estar psicossocial nas escolas da Rede Estadual de ensino do Espírito Santo; 2024. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Not>.

Agradecimentos

Ao curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, uma Parceria UFES/SEAD.

Financiamento

UNAC – 2023. Edital FAPES nº 1223/2022 P 2022-40x90.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Carolina Fiorin Anhoque, Blima Fux, Franciéle Marabotti Costa Leite.

Endereço para correspondência

Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, Rod. Eng. Fabiano Vivacqua, 191, Marbrasa, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Brasil, CEP: 29313-656

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Concepção: DLCS. Investigação: DLCS. Metodologia: DLCS. Coleta de dados: DLCS. Tratamento e análise de dados: DLCS. Redação: DLCS. Revisão: JB. Aprovação da versão final: JB. Supervisão: JB.